



Análise descritiva da tradução do *Hitopadeśa* por D. Pedro II e Sebastião Dalgado*

Adriano Mafra

adrianoporto@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina / Antwerp University

Resumo:

Este artigo objetiva investigar a atividade tradutória de duas figuras centrais no contexto histórico-literário luso-brasileiro em fins do século XIX a partir da tradução do livro do *Hitopadeśa*, coletânea indiana de contos e apólogos morais. Sebastião Rodolpho Dalgado, religioso goense radicado em Portugal, dedicou-se fervorosamente aos estudos de línguas orientais, publicando sua versão intitulada *Hitopadexa ou instrução útil* em 1897. Já Pedro d'Alcântara, segundo e último imperador do Brasil, realizou a tradução do fabulário hindu no início da década de 1890, obra inacabada e jamais publicada. Com o auxílio da Crítica Genética e dos Estudos Descritivos da Tradução, tornou-se possível realizar a análise dos manuscritos de D. Pedro II e o cotejo com a edição de Dalgado, a fim de estabelecer conexões entre as traduções e os métodos de trabalho desses tradutores, bem como avaliar a inserção de ambos no movimento orientalista tão em voga no oitocentos europeu.

Palavras-chave: Orientalismo. Tradução. Sebastião Dalgado. D. Pedro II.

Resumen:

Este artículo se propone investigar la actividad traductora de dos personalidades centrales del medio histórico-literario lusitano-brasileiro a fines del siglo XIX a partir de la traducción del libro *Hitopadeśa*, antología hindú de cuentos y apólogos morales. Sebastián Rodolpho Dalgado, religioso goense radicado en Portugal, quien se dedicó fervorosamente a los estudios de lenguas orientales, y publicó en 1897 su versión titulada *Hitopadexa ou instrução útil*. Ya Pedro d'Alcântara, segundo y último emperador del Brasil, había realizado la traducción del libro de fábulas hindúes a inicios de la década de 1890, obra inacabada y jamás publicada. Con el auxilio de la Crítica Genética y de los Estudios Descritivos de la Traducción, fue posible realizar el análisis de los manuscritos de D. Pedro II y la comparación con la edición de Dalgado con el fin de establecer conexiones entre las traducciones y los métodos de trabajo de estos traductores, así como de evaluar la inserción de ambos en el movimiento orientalista muy en boga en Europa en el siglo XIX.

Palabras clave: Orientalismo; Traducción; Sebastião Dalgado; D. Pedro II.

Abstract:

Based on the translation of the book *Hitopadeśa*, an Indian anthology of tales and moral fables, this paper analyses the translation activity of two central figures of the late nineteenth century historical-literary Lusitanian-Brazilian milieu Sebastian Dalgado Rodolpho and Don Pedro II. Dalgado Rodolpho, religious goense based in Portugal, fervently devoted himself to the study of Oriental languages; in 1897 he published his version entitled *Hitopadexa ou instrução útil*. Pedro d'Alcântara, second and last emperor of Brazil, had translated the book at the beginning of the 1890s, a work unfinished and never published. Taking Genetic Criticism and Descriptive Translation Studies as our theoretical framework, it was possible to analyse D. Pedro II's manuscripts comparing them with Dalgado's translation in order to establish connections between translations and methods of these two translators, as well as to evaluate the inclusion of both in the Orientalist movement in vogue in Europe in the nineteenth century.

Key words: Orientalism; Sebastião Dalgado; Don Pedro II

* Este artigo se insere no projeto "D. Pedro II tradutor: análise do processo criativo", do *Núcleo de Estudo de Processos Criativos* (NUPROC/UFSC) e é parte da pesquisa de doutorado intitulada "O processo criativo de D. Pedro II na tradução do *Hitopadeśa*", desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina com período de estágio doutoral na *Antwerp University (Belgium)* - CAPES PDSE (BEX 7729138).

Résumé

Cet article examine l'activité de traduction de deux figures centrales du milieu historique et littéraire lusitanien-brésilien à la fin du XIXe siècle, à partir de la traduction du livre *Hitopadeśa*, anthologie indienne de contes et fables morales. Sebastian Dalgado Rodolpho, goense religieux basé au Portugal, s'est ardemment consacré à l'étude des langues orientales, et publia en 1897 *Hitopadexa ou instrução útil*. Déjà Pedro d'Alcantara deuxième et dernier empereur du Brésil, avait fait la traduction du livre des fables hindoues au début des années 1890, travail inachevé et jamais publié. Faisant appel à la critique génétique et aux études descriptives de traduction, il a été possible d'analyser des manuscrits de D. Pedro II en les comparant avec l'Édition de Dalgado afin d'établir des connexions entre les traductions et les méthodes de travail de ces deux traducteurs, et d'évaluer leur inclusion dans le mouvement orientaliste en vogue en Europe au XIXe siècle.

Mots-clés : Orientalisme ; Traduction ; Sebastião Dalgado; D. Pedro II.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste na análise de duas traduções para a língua portuguesa do livro do *Hitopadeśa*, realizadas em fins do século XIX por dois personagens centrais dos contextos histórico e literário em que foram realizadas, a saber: Portugal e Brasil. De um lado, Monsenhor Sebastião Dalgado, representante do Padroado português em Goa, buscava demonstrar nos estudos linguístico, filológico e lexicográfico os pontos de contato e a influência portuguesa sobre as principais línguas do subcontinente indiano. Como tradutor, verteu para o português o *Hitopadeśa* em 1897 e a história de *Nala e Damayanti*, um dos episódios do épico indiano *Mahabharata*, em 1916. De outro, temos D. Pedro II, imperador do Brasil durante 49 anos, pouco (re)conhecido por sua intensa atuação no campo das letras. Sua tradução do *Hitopadeśa* remonta ao início da década de 1890, mesmo período em que realizava a tradução das *Mil e Uma Noites* diretamente do árabe (SOUZA, 2010).

A obra aqui analisada é composta por uma seleção de 43 histórias escritas originalmente em sânscrito cujo primeiro manuscrito conhecido data de 1373. Atribui-se a autoria da obra ou a simples compilação ao *pandit* Nārāyana, nome evocado apenas nos versos finais do trabalho e que fomenta a especulação quanto à sua autoria (DALGADO, 1897). O *Hitopadeśa* é considerado um dos principais representantes do *Nitishāstra*, ramo da literatura clássica indiana em que as histórias são concebidas para ilustrar ou exemplificar os princípios da conduta humana (ABREU, 1897). As características desse gênero residem principalmente em sua trama peculiar: as fábulas, cujos personagens relatam histórias entre si, se agregam umas nas outras, mantendo muitas vezes o leitor em suspenso à espera do fecho da narrativa anterior. Com tantos personagens e histórias entrecruzadas, o papel do narrador é alterado constantemente; os episódios narrados se referem, em suma, a acontecimentos na vida de terceiros. Estes, então, assumem a voz do narrador e passam a contar suas desventuras. É a curiosidade dos demais sobre esses eventos mal sucedidos que incita novos relatos.

Outra característica própria da novelística indiana está no ensinamento moral que as histórias desenvolvem. Os contos e apólogos ilustram a moralidade aludida no aforismo que os precede e que lhes serve de mote, retomado, no final, como a lição

que devemos retirar da narrativa. A experiência mal sucedida de outrem serve de alerta e baliza as ações e decisões a serem tomadas no decorrer da história principal. Mantendo o caráter oral de outrora, suas máximas e apotegmas foram preservados em metro para garantir uma fácil memorização com um único objetivo: transmitir moral e conhecimento, dando aos jovens a formação ética e a filosofia de vida necessária para que se tornem adultos responsáveis. Para Ferreira e Rónai (1978, p. 57), o livro deve “ser considerado um repertório de conselhos destinados aos príncipes, um dos primeiros espécimes dos ‘Espelhos dos Reis’, tão frequente na Europa Medieval”.

Para analisar as traduções dessa obra, utilizaremos a metodologia da Crítica Genética e dos Estudos Descritivos da Tradução, parceria teórico-metodológica proposta inicialmente por Romanelli (2013). O método desenvolvido pela Crítica Genética permitiu a organização, classificação e transcrição dos manuscritos de D. Pedro II, além de trazer ao público toda a riqueza de um material que possivelmente permaneceria por mais um longo período “engavetado” nos arquivos históricos.¹ O trabalho genético garante ao manuscrito contemporâneo a sua legibilidade e o *status* de objeto científico, possibilitando, aqui, o cotejo com a edição de Dalgado. Os Estudos Descritivos da Tradução permitem a comparação entre as traduções de uma mesma obra, procurando explicitar suas funções em um dado polissistema,² além de se ocupar da recepção da tradução na cultura de chegada e sua influência no polissistema. Indagam, portanto, sobre os processos que antecedem e decorrem do texto considerado final. Para uma melhor compreensão desse processo tradutório, torna-se necessário analisar os polissistemas nos quais as duas traduções foram produzidas, ou seja, inseri-las no chamado movimento Orientalista na Europa do século XIX, cujos trabalhos repercutiam também do outro lado do Atlântico, na tradução do imperador do Brasil.

1. Orientalismo Luso-brasileiro: algumas considerações

Em 1978, Edward W. Said lançava aquela que seria a sua mais célebre e polêmica obra: *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Como o subtítulo anuncia, o autor defende a ideia de que o oriente, antes de ser uma mera categorização geográfica, é um paradigma ocidental que abarca todas as civilizações a leste da Europa sob o signo do exotismo, da barbárie e da inferioridade. Para ele (2010), a subsistência e o desenvolvimento de uma dada cultura – neste caso a ocidental – estimulam a elaboração de um diferente e necessariamente competitivo “outro” ou “alter-ego”. Assim, como parte do processo de construção de sua própria imagem, a Europa criou o Oriente, uma projeção distorcida de um “outro” como uma

¹ Os manuscritos de D. Pedro II utilizados nesta pesquisa encontram-se arquivados no Museu Imperial de Petrópolis (RJ), Arquivo da Casa Imperial do Brasil/Ibram/MinC..

² Even-Zohar (1990) desenvolve a sua noção de polissistema como um conglomerado heterogêneo, porém e de certo modo, hierarquizado. O autor considera cada cultura como um sistema amplo, composto internamente por várias camadas – daí a expressão *polissistema* – que se relacionam com outros sistemas paralelos. O polissistema de uma cultura engloba, por exemplo, o sistema literário que acolhe, por sua vez, a literatura traduzida. Nesse modelo, cada subsistema interage com os outros para a realização de um processo dinâmico de evolução de todo o conjunto.

contraimagem em todos os aspectos possíveis. O discurso criado pela Europa sobre o Oriente, ao se distanciar da realidade efetiva, respondia aos interesses coloniais ou imperialistas e deveria justificar sobretudo suas miras e conquistas dos territórios e povos considerados inferiores e, por isso, legitimamente subjugados. Com isso, a relação entre Ocidente e Oriente é marcada pelo poder, domínio, hegemonia e opressão do primeiro em relação ao segundo. O Orientalismo, visto como uma combinação *sui generis* entre poder e conhecimento, está fortemente vinculado à construção da identidade europeia, tida como superior a todos os povos e culturas fora de seus limites. É, na verdade, “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2010, p. 29).

Durante o século XIX, o Oriente se tornaria um mito moderno, positivo e romântico e, orquestrado com os interesses das grandes potências pelas terras desse espaço distante, uma série de pesquisas eruditas, especialmente nos campos filológico e linguístico, fervilhavam na Europa. Sob o impulso dos estudos comparativos, descobriram-se as antigas línguas da Ásia. Os indícios da ascendência hindu da ascendência comum entre o sânscrito e as línguas europeias tornavam o sânscrito a *menina dos olhos* dos estudos filológicos. Desse modo, o Oriente pesquisado era de natureza textual e o seu impacto era produzido nos livros e manuscritos, e não, como na influência grega sobre a Renascença, por meio de elementos miméticos como a escultura e a cerâmica. Até a relação entre um orientalista e o leste será textual, “tanto que se dizia de alguns dos orientalistas alemães do início do século XIX que a sua primeira visão de uma estátua indiana de oito braços os curou completamente de seu gosto orientalista” (SAID, 2010, p. 89).

É nesse paradigma linguístico-literário europeu para com o Oriente e sua tradução cultural que se insere a pesquisa de Sebastião Dalgado. O religioso indiano recebeu o reconhecimento do mundo acadêmico justamente a partir de suas pesquisas e publicações sobre as línguas indianas. Despendeu parte de sua carreira acadêmica em favor dos idiomas de Goa, tentando demonstrar que os contatos entre colonizador e colonizado também tiveram saldos positivos. Para Loundó (2003; 2011), as obras de Dalgado que alcançaram maior êxito no âmbito acadêmico ocidental foram os seus estudos sobre os pontos de contato entre a língua portuguesa e as línguas orientais, além das influências recíprocas que culminaram naquilo que o autor considera a “orientalização” da primeira e na “lusitanização” das demais. Com o seu trabalho, Dalgado pôde ingressar nas mais prestigiosas sociedades e academias que detinham o conhecimento referente aos assuntos do Oriente, sendo reconhecido no mundo acadêmico como um eminente “orientalista”. A terminologia, porém, suscita uma discussão importante no âmbito da crítica pós-saidina: poderia um indiano ser considerado um Orientalista? (LOUNDÓ, 2011).

Do outro lado do Atlântico, por sua vez, o monarca Pedro II se dividia entre as obrigações de governante e o seu fascínio pelas letras e o aprendizado de línguas. O imperador era um indivíduo movido pela curiosidade e pelo saber, o conhecimento era uma espécie de força motriz. Gabava-se de ter sido um dos primeiros a conhecer a teoria da evolução proposta por Darwin. Dedicava-se à astronomia e à

egiptologia, igualmente à medicina, engenharia, ao hebraico e à tradução. Traduzia desde textos clássicos – de Horácio a Tertuliano, passando por Dante – até obras de contemporâneos seus, dada a sua grande inclinação ao estudo de línguas. Além do latim, o imperador conhecia e falava bem francês, inglês, italiano, espanhol e alemão. Estudou grego, tupi, hebraico, árabe, sânscrito, siríaco e provençal (SCHWARCZ, 1998). Motivado pela vontade de estar em meio aos grandes nomes da literatura daquele período, o monarca traduziu os poetas que mais admirava, presenteando-os muitas vezes com o seu trabalho.

O imperador demonstrava grande predileção pelo Oriente, alimentando uma verdadeira curiosidade sobre tudo o que fosse referente àquela região do globo. Imbuído das culturas e religiões orientais, mergulhou também nas traduções de *As mil e uma noites* diretamente do árabe e do Livro do *Hitopadeśa*, revelando seu conhecimento em sânscrito, obras que nunca foram editadas e nem publicadas.³ Também traduziu parcialmente o ‘poema oriental’ *Granada*, de José Zorrilla y Moral, trabalho quase finalizado à época em que ele foi deposto do trono (1889).⁴ Em suas viagens ao Oriente, o monarca peregrino visitou templos, lugares sagrados, registrou com minúcias suas impressões sobre os locais e fez questão de examinar cautelosamente todos os lugares mencionados na Bíblia, lamentando as vezes em que não dispunha do texto hebraico para traduzir certas passagens. Aliás, os estudos de hebraico, iniciados em Petrópolis (LOEWENSTAMM, 2002), permitiram a tradução de passagens bíblicas dos livros de *Ruth*, *Isaías*, *Cântico dos Cânticos*, *Salmos*, *Jeremias* e *Gênesis* para o latim.

Vale dizer que o Brasil do século XIX, embora o progresso científico e tecnológico ainda estivesse muito aquém daquele dos países de *avant-garde*, estava imbuído de traços culturais – como a religiosidade cristã e a herança colonial europeia – que o identificavam com a tradição histórica e cultural das nações ditas ocidentais. Dessa forma, alerta Câmara (2005), o cidadão Pedro de Alcântara assume, por vezes, a postura de uma autoridade intelectual nos moldes europeus em relação à compreensão da história das culturas orientais. Porém, reforçamos que o interesse do monarca estava, na verdade, em se firmar naquilo que Pascale Casanova (2002) chama de “República Mundial das Letras” (ROMANELLI, 2011). Era comum, no oitocentos, que a literatura se tornasse um dos pilares de uma reivindicação nacional. As jovens nações, como o Brasil, buscavam na literatura a sua legitimação enquanto Estado consolidado. Basta lembrar a identificação do imperador com o Romantismo europeu, notadamente francês e em parte italiano e alemão, e sua importação para constituir a nação e a identidade brasileira, o que corrobora a tese proposta por Casanova (2002), segundo a qual a importância do capital literário está em consonância com sua função de valorizar e legitimar as nações em sua incansável busca pelo poder internacional.

³ Os manuscritos de tradução do monarca são objeto de estudo dos pesquisadores do *Núcleo de Estudo de Processos Criativos* (NUPROC – www.nuproc.cce.ufsc.br). Parte das pesquisas em andamento foi publicada no livro “D. Pedro II: um tradutor imperial” (vide referências).

⁴ Notas do diário pessoal – vol. 29, de 11 de janeiro de 1890, p. 838. No frontispício da edição original de *Granada*, José Zorrilla denomina sua obra como um “poema oriental” (ZORRILLA, 1895).

D. Pedro II e Sebastião Dalgado não tinham ambições coloniais no Oriente. No caso do monarca, acompanhava ele, muito provavelmente, os estudos orientais empreendidos na França desde o século XVIII, e governava uma nação considerada tão exótica quanto pudesse ser a Índia naquele período. Lamentava ser o estudo de sânscrito, naquele período, apenas a curiosidade de uns poucos filólogos (VICENTE, 2009). Já Monsenhor Dalgado, usando a língua da metrópole e se valendo do cargo religioso que ocupava, age como mediador entre culturas, buscando um denominador comum no contato entre as línguas e culturas em questão. Dalgado, neste sentido, acreditava que os encontros coloniais pudessem trazer o que Loundó (2011, p. 19) chama de “adições contextualizadas”, ou seja, os elementos advindos da cultura dominante, ao se transmutar de um sistema para outro, passam por uma espécie de renovação hermenêutica que lhes garante novo significado e permanência, promovendo enriquecimento e revitalização do sistema receptor que os acolhe.

Casanova (2002), por sua vez, assinala a atitude de certos escritores que optam por escrever na língua da metrópole, o que pode ser explicada como sendo, primeiramente, um fator social: ao escolher se exprimir em línguas de culturas hegemônicas – nesse caso a portuguesa em relação às línguas orientais –, os escritores buscam fugir do ostracismo literário a que estariam acometidos os autores de nações economicamente dependentes. Agindo assim, Dalgado realiza uma literarização, ou seja, “qualquer operação – tradução, autotradução, transcrição, escrita direta na língua dominante – pela qual um texto proveniente de uma região desprovida literariamente consegue se impor como literário junto a instâncias legítimas” (CASANOVA, 2002, p. 172). Servindo à metrópole, o escritor indiano obtém um ‘certificado de literaridade’, isto é, recebe o reconhecimento e consagração por seu trabalho, além de garantir a visibilidade às línguas indianas, o que nos parece ter sido o seu objetivo central.

Para Vicente (2009), aquele que se dedica a estudar o Oriente – o orientalista – é de difícil definição. Pode ser, segundo a autora, tanto um especialista em línguas, como em história, arqueologia ou antropologia. Ao dedicar-se ao que não é ocidental, é a geografia e não a temática de estudos que define o orientalista: “as fronteiras do seu Oriente também são fluidas e instáveis, abarcando uma grande parte do mundo que apenas tem como denominador comum não ser ocidental, e estar a oriente ou a sul da Europa” (2009, p. 46). Classifiquemos, pois, D. Pedro II e Sebastião Dalgado como orientalistas, utilizando, para isso, o sentido genérico atribuído por Said (2010, p. 28) a “quem ensina, escreve ou pesquisa sobre o Oriente” e que, por isso, “nos seus aspectos gerais é um orientalista, e o que ele faz ou ela faz é Orientalismo”. O primeiro, por sua já aludida paixão pelas culturas, religiões e línguas do Oriente; o segundo, por ter se lançado em seu projeto político de garantir a visibilidade das línguas vernáculas da colônia.

2. Um método para descrever traduções

O modelo de análise descritiva, desenvolvido por Lambert e Van Gorp (1985) contempla os parâmetros básicos dos fenômenos tradutórios, apresentados inicialmente por Even-Zohar (1990) no âmbito da teoria dos Polissistemas. Os autores propõem um modelo bastante sintético e prático para a análise descritiva de traduções literárias a partir de uma abordagem funcional e sistêmica, visando superar as carências provenientes de análises prescritivas. As contribuições de Lambert e Van Gorp servem para evitar as possíveis generalizações e a abstração comumente associadas às teorias desenvolvidas por Gideon Toury no âmbito dos Estudos Descritivos da Tradução (1985).

O método consiste em revelar as várias normas que atuam no processo tradutório do polissistema de uma cultura, desde a seleção de determinada tradução, até os aspectos formais utilizados pelo tradutor. O modelo engloba questões de ordem contextual, o processo tradutório em si, a recepção da tradução e até mesmo aspectos sociológicos, tal como a distribuição e a crítica de tradução. O objetivo de Lambert e Van Gorp parece ser o de conduzir o pesquisador de modo que este não se baseie somente em intuições, evite julgamentos e convicções *a priori* e seja capaz de situar aspectos e relações a serem observados no âmbito de um esquema geral de equivalências.

O esquema de análise proposto pelos pesquisadores belgas divide-se em quatro níveis. O primeiro passo destina-se ao recolhimento de *informações preliminares* sobre a tradução; a segunda etapa de análise ocupa-se da *macroestrutura*; e a terceira recai sobre a *microestrutura* do texto. Finalmente, a última etapa verifica as oposições entre macro e microestrutura e entre texto e teoria (normas e padrões), relações intertextuais (com outras traduções ou ainda com outros escritos criativos) e relações intersistêmicas (estruturas de gênero, códigos estilísticos, etc.). Busca-se observar, nos quatro níveis de análise, se as traduções são consideradas *aceitáveis*, isto é, orientadas pelo sistema-alvo, ou *adequadas*, conduzidas pelo sistema-fonte.

2.1. Informações preliminares

A primeira etapa de análise busca informações sobre título, gênero literário, nome do autor e do tradutor, paratextos e metatextos (prefácio, posfácio, notas ensaios), estratégias gerais empregadas na tradução. Apesar de as teorias descritivas tradicionais preverem comparações entre obras devidamente editadas, as análises que seguem se concentram em uma tradução inédita em oposição a uma obra publicada. O trabalho do monarca, ainda em primeira versão, um rascunho sem quaisquer correções ou processos de revisão provenientes de uma edição, não apresenta nenhum outro recurso ou paratextos que pudessem indicar o processo de tradução. Mesmo estando em suportes tão distintos – uma em manuscrito, outra em um livro editado –, acreditamos ser importante cumprir esta etapa metodológica, cientes de que esta fase preliminar será apenas indicativa, não oferecendo, portanto, dados significativos em relação à obra do imperador.

Obedecendo à ordem cronológica, iniciaremos a descrição da tradução do imperador Pedro II, cuja última data assinalada em seu texto é do ano de 1890. Esse material está composto por 88 páginas de manuscritos autógrafos, contemplando as 5 primeiras histórias do *Mitralabha* (Aquisição dos amigos) e 8 histórias de um total de 9 da segunda seção, intitulada *Suhridbheda* (Separação dos amigos). Além disso, temos o desfecho da obra, presente na seção *Sandhi* (Reconciliação/Paz). A tradução foi realizada em um caderno simples, de papel comum com folhas pautadas. Os limites físicos das páginas nem sempre foram respeitados, já que o tradutor utilizava os espaços entre linhas e as margens para propor alterações em seu texto. Há, em alguns manuscritos, marcas de borrão provocadas pela tinta preta usada pelo monarca e, em outros, há intervenções de terceiros, como anotações de numeração de inventário e carimbo do arquivo do Museu Imperial, órgão responsável pelo armazenamento do material.

Já a tradução de Dalgado apresenta, na ante-rostro, o título em letras garrafais no topo da página com o subtítulo em letras menores, seguidos da informação de que a obra é uma versão portuguesa feita diretamente do original em sânscrito. Logo abaixo, temos o nome do tradutor com suas credenciais e a informação de que a introdução da edição ficou a cargo de Guilherme de Vasconcellos Abreu, orientalista português. Na parte inferior da página, centralizado, há o local onde a tradução foi publicada (Lisboa), o endereço da editora e o ano de publicação. A folha de rosto contém as mesmas informações da anterior e um carimbo da Biblioteca Geral do Instituto Calouste Gulbenkian. Na terceira página, inicia-se o prefácio do tradutor, que se estende pelas seis páginas subsequentes. Neste prefácio, Dalgado anuncia que o *Hitopadeśa* e o *Pañcatantra* pertencem ao gênero *Nitishāstra*, ciência ou filosofia de vida que perpassa todas as relações da vida do homem, especialmente a ética e a política. Em seguida, o tradutor comenta sobre as subdivisões da obra traduzida, bem como a estruturação das histórias e a forma de narração em prosa. Já a parte didática da obra, de acordo com o tradutor, abrange versos com metrificacão diversificada. Em seguida, Dalgado reflete sobre a similaridade entre o *Hitopadeśa* e o *Pañcatantra*, afirmando, porém, que os fatos em comum narrados em ambas as histórias servem para propósitos distintos. Por fim, o tradutor discorre sobre as muitas traduções da obra indiana e as edições consultadas durante a sua tradução. Na introdução, dirigida ao leitor português, Guilherme de Vasconcellos Abreu atribui os méritos a Dalgado por ter ele desempenhado a tradução diretamente do texto original, constituindo, assim, nas palavras do próprio Abreu, a primeira tradução completa de uma obra em sânscrito para o português. Credita ao tradutor a importância dos seus estudos para a perpetuação da literatura de seu país de origem em Portugal, não se referindo apenas à prática de tradução, mas também aos estudos linguísticos e lexicográficos desempenhados pelo religioso indiano. Dando sequência à introdução, Abreu apresenta as edições que serviram de apoio para a tradução da obra e, em seguida, comenta sobre o *Hitopadeśa*, sua etimologia, seções e a importância de suas fábulas e contos não só para a formação moral do leitor, mas também para aproximá-lo dos textos clássicos da literatura em sânscrito. Finalmente, Abreu reforça o caminho tortuoso seguido pelo fabulário indiano a partir das várias traduções realizadas durante o medievo europeu, as mesmas que serviram de inspiração para obras de fabulistas conhecidos, como Esopo e La Fontaine.

*A. Mafra / Análise descritiva da tradução do Hitopadeśa
por D. Pedro II e Sebastião Dalgado*

Logo após a introdução de Abreu, inicia-se a obra propriamente dita, dividida em quatro seções principais e ocupando um total de 272 páginas. No final da edição, Dalgado apresenta um glossário com os nomes próprios e outros termos em sânscrito recorrentes em seu texto, além de trazer também a genealogia da obra, desde o original às muitas traduções em diferentes períodos da história. Nas últimas páginas da obra, temos o índice, as erratas e, no verso da última página, anúncio de obras de J. Leite de Vasconcellos por parte da editora responsável pela edição. Há ainda um anúncio da *Revista Lusitana*, periódico dirigido também por J. Leite de Vasconcellos. Nota-se que as obras anunciadas tratam, em suma, de estudos nos campos lexicográfico, etnológico e filológico, indicando a importância e recorrência desse tipo de pesquisa naquele período. Talvez esse interesse editorial tenha dado visibilidade não só à figura do tradutor, mas também tornado acessível ao grande público o seu intenso trabalho, minuciosamente descrito no prefácio do tradutor. As vistas de um leitor desinformado, o tradutor poderia surgir como autor da obra, já que as primeiras menções quanto à sua autoria só serão anunciadas no prefácio da edição, assunto este que paira no campo das especulações. Abaixo, primeira página da tradução de D. Pedro II e folha de rosto da edição de Dalgado:

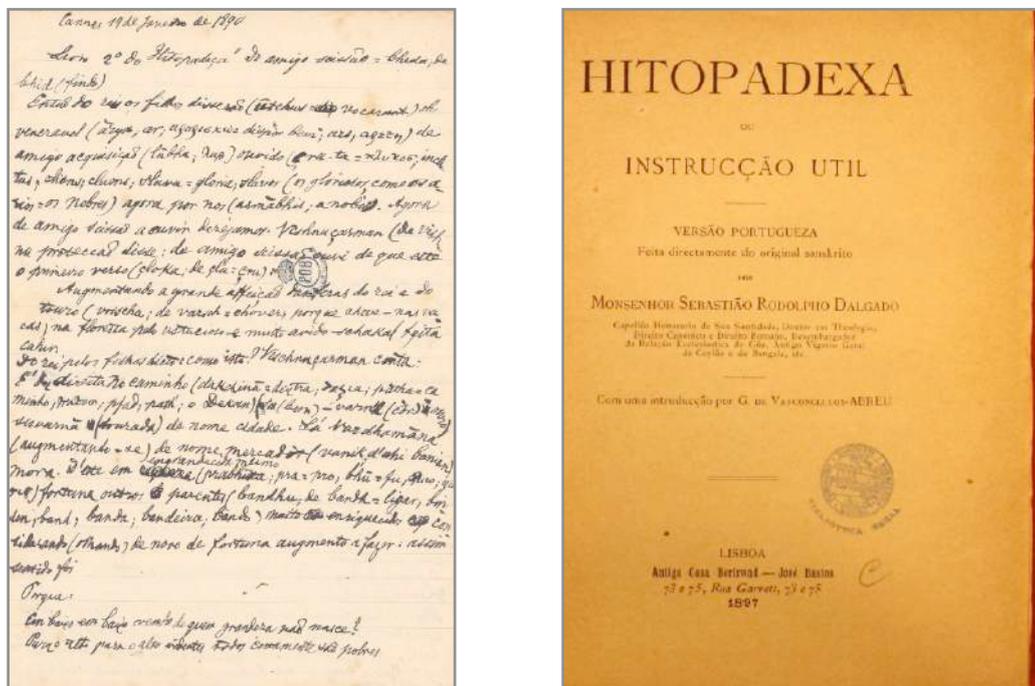


Imagem 1: Manuscrito de tradução de D. Pedro II (Maço 041 – Doc. 1064 Cat. B [D02 P01]) e folha de rosto da edição de Dalgado.

2.2. Macroestrutura

A análise macroestrutural debruça-se mais sobre o texto literário, observando a sua divisão, estrutura interna e as recorrências que indicam as possíveis estratégias empregadas pelos tradutores. No seu prefácio, Dalgado ilustra o processo criativo durante a tradução. As escolhas tradutórias apontavam, à época em que finalizou seu trabalho, para uma versão mais literal quando assim fosse possível. Seu projeto

tradutório de manter a fidelidade ao original foi levado a cabo até ceder aos conselhos de alguns amigos e realizar, com certa relutância, algumas modificações para clarificar, segundo ele, a mente do autor. Apesar de optar por uma tradução *domesticadora*.

Em algumas passagens, Dalgado (1897) acredita ter produzido uma tradução mais *estrangeirizadora*⁵ do que fizera o francês Édouard Lancereau, também tradutor do *Hitopadeśa* (1855). Para realizar sua tradução, Dalgado tinha em mãos as edições em inglês de Friedrich Max Müller (1864; 1884) e de Peter Peterson (1887). Acreditamos também que D. Pedro II tenha realizado parte de sua tradução a partir da obra de Max Müller. Há menções no diário pessoal do monarca que indicam o contato com a obra daquele orientalista alemão. A anotação data de 11 de fevereiro de 1891: “Agora Seibold. 6h 5’ Sânscrito, obra de Max Muller, e Camões. Jantar” (ALCÂNTARA, 1999, p. 1087). Para fins de análise, consideraremos a edição de Max Müller publicada em 1884 como *texto-fonte* (TF). Nossas análises concentram-se nos dois primeiros capítulos do *Hitopadeśa* (*Mitralabha* e *Suhridbheda*).

No que diz respeito às traduções, observamos algumas diferenças no que se refere, especificamente, à divisão do texto. D. Pedro II escolhe traduzir de maneira contínua e homogênea, respeitando as características do original em sânscrito. A tradução “em jato” e a inclinação *source-oriented* podem ser explicadas pelo simples fato de ele não estar pensando em uma edição ou em um leitor específico. Já Dalgado, visando a legibilidade do texto, divide as histórias secundárias, acrescentando subtítulos no decorrer da narrativa, como assim fizeram muitos tradutores. Na edição de Müller, os subtítulos são indicados em um sumário, porém não são mencionados no corpo do texto. A escolha de Dalgado torna-se um facilitador para os leitores, já que a técnica oriental de iniciar um novo relato antes de finalizar aquele já iniciado acaba, com tantas adições e longas citações, gerando verdadeira confusão que, mais de uma vez, nos faz perder o fio condutor da narração.

Outro ponto observado na tradução de Dalgado refere-se aos capítulos da obra. Em sua edição, o tradutor preserva o título original das seções do *Hitopadeśa* em transliteração para o alfabeto latino, seguido da tradução para o português. Tanto a transliteração quanto a tradução para o português aparecem em caixa-alta. Enquanto isso, D. Pedro II traduz o título imediatamente, registrando apenas a etimologia dos sufixos *-labha* (em *Mitralabha*) e *-bheda* (em *Suhridbheda*) numa tentativa de justificar suas escolhas. Curiosamente, D. Pedro II utiliza o grego em sua busca etimológica do título do primeiro capítulo. Abaixo, quadro comparativo com os títulos da obra nas três edições:

Tradução 1 (D. Pedro II)	Tradução 2 (Sebastião Dalgado)	Texto-fonte (Max Müller)
Então Hitopadeça	Principia o Hitopadexa	HERE BEGINS THE HITOPADESA.

⁵ A tradução *estrangeirizadora* conduz o leitor ao contexto de partida, ou seja, prioriza o texto-fonte. Já a tradução *domesticadora* ocorre quando os elementos advindos da cultura do texto-fonte são adaptados e/ou substituídos por escolhas que sejam significativas e funcionais na cultura receptora (VENUTI, 2002).

De amigos aquisição (<i>lābha</i> ; λαμβανω)	MITRALABHA (A ACQUISIÇÃO DOS AMIGOS)	MITRA-LĀBHAS. FRIEND- ACQUISITION.
Do amigo scissão	SUHRIDBHEDA (A DESUNIÃO DOS AMIGOS)	FRIEND- SEPARATION.

Tabela 1: Comparação entre o título e subtítulos nas traduções de D. Pedro II e Sebastião Rodolpho Dalgado.

No que tange à estruturação das narrativas, podemos dizer que ambas as traduções apresentam a mesma organização discursiva: o enredo inicia com a presença de um narrador *heterodieético*, que lança algumas *shlokas* (versos) como ponto de partida da narrativa. A articulação da sequência narrativa ocorre por “encaixe” de outras histórias que faz com que a principal seja interrompida momentaneamente. Com isso, a voz do narrador se funde com a voz de vários outros personagens, alternando constantemente o seu papel de *heterodieético* para *intradieético* (ou vice-versa) assim que outras fábulas e contos começam a aparecer. O fechamento das histórias se dá com a retomada dos mesmos versos, como prevê o gênero da obra. A seguir, excerto das traduções que demonstra a estrutura acima descrita. As rasuras, acréscimos e marcas de correção da tradução do monarca foram suprimidos para facilitar o cotejo com a edição de Dalgado:

Tradução 1 (D. Pedro II)	Tradução 2 (Sebastião Dalgado)	Texto-fonte (Max Müller)
A incognito de família de carácter habitação a dar não a qualquer do gato pois pelo peccado morto o abutre djaradgava. Ambos disserão: como isto?	<i>Não se deve dar guarita áquelle cuja família e carácter são desconhecidos; pois pelo crime de um gato foi morto o abutre Jaradgava.</i> Perguntaram ambos: “Como foi isto?”	Of one of unknown-family-(and) character residence to be given not of any one; of a cat for through the offence slain the vulture Jaradgava. They both say: How that?
A gralha conta: ha de Bhāgīrathi [...]	O corvo conta: Ha no monte [...]	The crow relates: There is on the [...]
Por isto eu digo: de ignoto de família, carácter, assim primeiro (principio tendo)	Por isso digo: <i>Não se deve dar guarita, etc.</i>	Therefore I say: of one of unknown-family-(and) character, etc.

Tabela 2: Quadro comparativo referente ao tratamento dado à estrutura narrativa nas traduções de D. Pedro II e Sebastião Rodolpho Dalgado.

A presença do discurso direto no *Hitopadeśa* é de grande importância, pois serve como fio condutor para as narrativas se desenvolverem. Cada fábula é conduzida pelos diálogos dos participantes da história. Assim, a moral é trabalhada e

exemplificada a partir do discurso dos personagens. Vale ressaltar que os diálogos se tornam bastante curtos e pontuais quando servem como indicativo de que novas histórias estão prestes a começar. Isto ocorre quando o narrador alude a algum acontecimento que desperta a curiosidade de seu interlocutor no episódio que está por vir. Neste caso, o discurso direto é marcado com pouca variação no uso de verbos declarativos, conforme exemplos abaixo. Aqui percebemos que Dalgado, ao se valer do recurso da sinonímia para evitar a repetição de verbos, acaba utilizando uma estratégia mais *target oriented*:

Tradução 1 (D. Pedro II)	Tradução 2 (Sebastião Dalgado)	Texto-fonte (Max Müller)
[...] o rei disse eh; eh! Sabios ouvi ha alguem [...]	O rei convocou um conselho de <i>panditas</i> e disse : Ouvi, ó <i>panditas</i> [...]	The King said : O ye wise, be it heard [...]
[...] os pombos disserão : como isto? [...]	Os pombos perguntaram : “Como foi isto?” [...]	The pigeons said : how that? [...]
Ambos disserão : como isto? A gralha conta : [...]	Perguntaram ambos: “Como foi isto?” O corvo conta : [...]	They both say : How that? The crow relates : [...]

Tabela 3: Comparação do uso de discurso direto e emprego de verbos declarativos nas traduções de D. Pedro II e Sebastião Rodolpho Dalgado.

Podemos perceber, ainda no nível de análise macroestrutural, que não houve por parte dos tradutores tentativas de recriação, tampouco apagamento ou substituição dos ambientes onde cada história se desenvolve. Os muitos lugares descritos que servem de cenário para as narrativas são preservados. Vejamos alguns exemplos:

Tradução 1 (D. Pedro II)	Tradução 2 (Sebastião Dalgado)	Texto-fonte (Max Müller)
Ha na margem do Godāvāri grande arvore [...]	Havia na margem do rio Gadāvāri uma frondosa árvore [...]	There is on the Godāvāri -bank a large silk cotton-tree [...]
ha de Magadha na provincia Tchampakavati [...]	Ha no paiz de Magadha uma grande floresta denominada Champakavatī [...]	There is in the Magadha country Champakavatī by name a large wood [...]

Tabela 4: Quadro comparativo com a tradução de topônimos nas versões de D. Pedro II e Sebastião Rodolpho Dalgado.

Finalizando esta etapa de análise, podemos afirmar que as traduções, apesar de suas particularidades, convergem em muitos aspectos, assinalando estratégias que culminam em uma tradução guiada pelo sistema-fonte. A postura conservadora frente à estruturação do enredo, a opção em preservar os marcadores culturais e a manutenção dos versos, entre outros elementos, apontam, nos dois casos, para uma tradução *source-oriented*. O projeto editorial de Dalgado e o anseio de D. Pedro II

em conhecer a fundo a cultura indiana já davam indícios dessa tendência, que será a tônica também na etapa microestrutural.

2.3. Microestrutura

Passando para a análise da microestrutura, que abarca os deslocamentos nos níveis gráfico, sintático, léxico-semântico, estilístico, fônico, entre outros, podemos perceber que as escolhas tradutórias, em suma, se mostram convergentes em alguns aspectos. Percebemos, no campo semântico, similaridades na escolha das palavras, com o emprego do mesmo item lexical em algumas passagens ou a manutenção do sentido de algum termo com o recurso da sinonímia, conforme trechos a seguir:

Tradução 1 (D. Pedro II)	Tradução 2 (Sebastião Dalgado)	Texto-fonte (Max Müller)
Em baixo em baixo vendo de quem grandeza não nasce? Para o alto para o alto videntes todos certamente são pobres	Quem olhando baixo e baixo, não vê a sua grandeza accrescida? São porém todos pobres, se olham alto e alto.	For, Down down looking of whom the greatness not is enhanced? Upwards upwards looking all indeed are poor.

Tabela 5: Comparação referente às escolhas lexicais nas traduções de D. Pedro II e Sebastião Rodolpho Dalgado.

No nível sintático, temos, na tradução do monarca, uma estrutura bastante truncada,⁶ o que pode ser explicado também a partir da análise do texto utilizado durante a tradução. De acordo com Müller (1884), o primeiro livro do *Hitopadeśa* tem sido, desde a época de William Jones, o principal texto utilizado em Faculdades e concursos públicos para o ingresso no Serviço Civil Indiano, órgão oficial do império Britânico responsável pela administração da colônia. Dessa forma, o trabalho de Müller se apresentava como mais uma possibilidade de aprendizado aos aspirantes que buscavam sucesso para atuar nos mais altos cargos oferecidos pelo império em seus domínios. A familiaridade com a gramática e literatura da língua clássica da Índia daria o alicerce para que os candidatos pudessem aprender o idioma vernáculo da província onde atuariam posteriormente.

Além disso, a obra se dirigia também aos estudiosos que desejassem obter um conhecimento elementar e preciso da língua em questão. Com o intuito de atingir esses dois públicos específicos, Müller aposta em uma tradução interlinear do original em sânscrito. Sua edição comporta o texto em devanágari seguido da transliteração no sistema alfabético latino, da análise gramatical e da tradução em inglês propriamente dita. Cada palavra em sânscrito foi traduzida, quando possível, por um correspondente em inglês e a sintaxe do texto-fonte foi rigorosamente mantida, constituindo o que o autor chamaria de *transvocalization*.

⁶ Ressaltamos novamente o fato de que o texto do Dom Pedro é um texto provisório, inacabado, um testemunho de um processo e não uma versão pronta e editada.

Em seus manuscritos de tradução, o monarca registrou parcialmente a transliteração de alguns termos, além de realizar análises gramaticais, mas isso não chega a caracterizar um projeto de tradução interlinear. Utilizando a edição de Müller, D. Pedro seguiu à risca a ordem sintática da estrutura em sânscrito, tornando o texto pouco compreensível em algumas passagens. O registro de língua, em sua tradução, pretende ser formal, apesar de as frases e orações apresentarem construções simples. Sebastião Dalgado também se vale de formalidade em seu texto, sobretudo nos incontáveis extratos versificados que permeiam toda a obra. O conteúdo em prosa, no entanto, assume uma linguagem menos formal, quer nas escolhas sintáticas, quer na seleção vocabular, devolvendo, assim, a fluidez do texto interrompida pelos versos.

Ainda no nível microestrutural, observamos que os locais onde as narrativas se desenrolam apresentam seus nomes grafados, em alguns casos, como consta no original. Em outros momentos, os tradutores propõem ligeiras modificações, seja para adaptar o termo ao sistema fonético da língua portuguesa, como o faz Dalgado, seja para restituir algumas marcas estrangeiras ao nome, como propõe D. Pedro II. Além dos topônimos, o mesmo recurso pode ser observado, em geral, na tradução dos nomes dos personagens e dos muitos elementos culturais que despontam na narrativa. Neste caso, Dalgado recorre a notas de rodapé e palavras supletivas para explicar as expressões, enquanto D. Pedro o faz no próprio fluxo do texto. Abaixo, alguns exemplos do tratamento dado aos nomes próprios presentes na obra:

Tradução 1 (D. Pedro II)	Tradução 2 (Sebastião Dalgado)	Texto-fonte (Max Müller)
<u>Vishnuçarman</u> disse [...]	<u>Vixnuxarman</u> respondeu [...]	<u>Vishnusarman</u> said [...]
<u>Tchitragriva</u> disse [...]	<u>Chitragriva</u> disse-lhes [...]	<u>Chitragrîva</u> said [...]
[...] ornada <u>Lakschmî</u> [...]	[...] enfeites, como <u>Lakxmi</u> [...]	[...] all-ornaments-decorated <u>Lakshmî</u> [...]

Tabela 6: Quadro comparativo com a tradução de nomes próprios em D. Pedro II e Sebastião Rodolpho Dalgado.

Por fim, vale mencionar que Dalgado utiliza alguns recursos gráficos em sua tradução, como uso de fonte menor para indicar a parte versificada e uso de itálico nos aforismos, que sinalizam a entrada de novas histórias. Assim, a alternância entre o tom mais erudito presente nos versos e a linguagem mais fluida e leve nas passagens em prosa ficava também visualmente demarcada. O mesmo acontece com as máximas que, grafadas em itálico, enfatizam e informam ao leitor que alguma fábula está prestes a começar. A tradução de D. Pedro, ainda em “estado bruto”, apresenta também alguns marcadores, como palavras sublinhadas, uso de asterisco e números, indicando talvez que determinado trecho merecesse maior atenção em uma revisão futura. Ademais, parece prudente reafirmar que, devido a diferença de estatuto – manuscrito e obra publicada –, os marcadores não são os mesmos e não apresentam as mesmas funções, não sendo, portanto, comparáveis.

*A.Mafra/ Análise descritiva da tradução do Hitopadeśa
por D. Pedro II e Sebastião Dalgado*

Outros elementos poderiam ser agregados a esta etapa de análise, reforçando a característica predominantemente *source-oriented* das traduções, presente também na etapa subsequente, que analisa as oposições entre micro e macroestrutura e entre texto e teoria (normas e padrões); relações intertextuais (com outras traduções ou com escritos criativos) e relações intersistêmicas (estruturas de gênero, códigos estilísticos, etc.). Tal característica, ao perpassar todos os níveis de análise, vai ao encontro do que se teorizava e praticava em tradução no período: a fidelidade e sacralização do original. Chamamos a atenção, porém, para a postura dos tradutores que, a nosso ver, extrapola a simples dicotomia *original x tradução* e os limites do texto. A conduta do monarca, por exemplo, poderia apenas revelar um perfil semelhante a de tantos outros tradutores do século XIX, os quais encontravam em projetos de tradução uma fonte de prazer ou simplesmente uma maneira de interagir e se aproximar de amigos através dela (WYLER, 2003). A sua função de homem letrado, respaldada pelos ideais do movimento romântico, se funde na figura do governante que se preocupa não só com o bem estar da sociedade, mas com a língua, com o conhecimento da pátria que conduz e com o seu povo. A intensa prática tradutória do monarca, nesse caso, exerce uma função renovadora e fundamental num polissistema literário e cultural em formação. Com isso, a prevalência do original em seu trabalho talvez fosse intencional, pretendendo ele realizar uma espécie de tradução cultural com vistas a aproximar a cultura indiana da brasileira: a primeira com séculos de tradição; a segunda, ainda em seu estágio inicial, buscava também na literatura estrangeira elementos para se firmar em uma jovem nação.

Já Dalgado fez, para uma pátria que não era a sua, o que nenhum conterrâneo foi capaz de fazer até então. Paradoxalmente, um indiano, considerado um dos maiores orientistas em Portugal, empreendeu e publicou na metrópole a primeira tradução de uma obra diretamente do sânscrito, língua clássica da colônia. Quisera ele que os portugueses “conhecessem não só como concebiam, mas também como se expressavam os antigos áryas de *Bharatavarxa*” (DALGADO, 1987, p. xiii). Dessa forma, a escolha *source-oriented* revela o projeto político abraçado por Dalgado de tornar ‘legível’ não só o texto traduzido, mas principalmente a cultura que o gerou.

3. Bibliografia

Abreu, G. (1897). “Introdução ao leitor português”. In: Hitopadexa ou instrução útil. Lisboa: Antiga Casa Bertrand.

Alcântara, P. (1999). Diário do Imperador D. Pedro II. (Org. Begonha Bediaga). Petrópolis: Museu Imperial.

Camara, G. (2005). Então esse é que é o Imperador? Ele não se parece nada com reis: Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. Rio de Janeiro. 106 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro.

Casanova, P. (2002). A República Mundial das Letras. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação da Liberdade.

Dalgado, S. (1897). Hitopadexa ou instrução útil. Lisboa: Antiga Casa Bertrand.

Even-Zohar, I. (1990). “Polysystem Theory”. Poetics Today. International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication. Vol. 11. Number 1 Spring, pp. 45-51.

Holanda, A., & Ronái, P. (1978). Mar de histórias: das Origens à Idade Média. Vol 1. 2.^a Ed. Nova Fronteira.

Lambert, J., Gorp, H. (1985). “On describing Translations”. In: HERMANS Theo (ed.). The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation. London & Sidney: Croom Helm, pp. 42-53.

Loewenstamm, Kurt. (2002). O Hebraísta no Trono do Brasil: Imperador D. Pedro II. São Paulo: Centauro.

Loundó, Dilip. (2011). “O (s) contexto (s) indiano (s) da latinidade em Goa”. Via Atlântica. n. 19, São Paulo, pp. 15-30. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50764/54868>> Acesso em 18 dez. 2013.

_____. (1995). “A língua portuguesa na Ásia”. In: Jornal do Comércio. 25/11/1995. Disponível em <<http://www.joaodorio.com/Arquivo/2004/12,01/goa.htm>> Acesso em 11 dez. 2013.

Müller, F. (1884). Handbooks for the study of Sanskrit: The Hitopadeśa. Book 1. London: Longmans, Green and Co.

Romanelli, S. (2013). A gênese de um processo tradutório. Florianópolis: Horizonte.

_____. (2011). “Entre línguas e culturas: as traduções de Dom Pedro II”. *Mutatis Mutandis*. Vol. 4, n. 2. 2011. Disponível em <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/mutatismutandis/article/viewArticle/9989>> Acesso em 10 jan. 2014.

Said, Edward W. (2010). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Schwarcz.

Soares, N., Souza, R., Romanelli, S. (Org.) (2013). *Dom Pedro II: um tradutor Imperial*. 1ed. Tubarão: Copiart.

Schwarcz, L. (1998). *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, R. (2010). *A gênese de um processo tradutório: As Mil e uma noites de D. Pedro II*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, UFSC, Florianópolis.

Thomaz, L. (2003). “Introdução”. In: ANARYAN. *Contos clássicos indianos: as origens da ficção oriental*. Lisboa: Acontecimento.

Toury, G. (1995). *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Philadelphia: John Benjamins North America.

Venuti, L. (2002). *Escândalos da tradução*. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esquerda e Valéria Biondo. São Paulo: EDUSC.

Vicente, Filipa Lowndes. (2009). *Outros orientalismos: a Índia entre Florença e Bombaim 1860-1900*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wylter, Lia. (2003). *Línguas, Poetas e Bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

Zorrila, J. (1895). *Granada. Poema oriental precedido de la leyenda de Al-Hamar*. Tomo segundo. Madrid: Imprensa y Litografía de los Huérfanos.